

**O PAPEL DA MINERAÇÃO NA ECONOMIA BOLIVIANA:
UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS NACIONALIZAÇÕES DE
1952 E 2009**

*THE ROLE OF MINING IN THE BOLIVIAN ECONOMY:
A COMPARATIVE ANALYSIS OF 1952 AND 2009
NATIONALIZATIONS*

JÓRISSA DANILLA NASCIMENTO AGUIAR¹

Resumo:

Propomos uma análise do modelo boliviano de desenvolvimento baseado na extração dos recursos naturais, tendo nos minerais/metals grande representatividade e ascensão mundial, em um momento onde o “desenvolvimentismo primarizado” volta a protagonizar a economia. Compararemos, para este fim, dois momentos importantes da história política do país, onde as nacionalizações desse setor estiveram em alta. Problematizaremos as contradições e limites desses processos, trabalhando a hipótese de que o atual governo tem apostado numa variante do capitalismo dependente, trazendo consequências políticas principalmente em longo prazo.

Palavras-chave: mineração, nacionalizações, Evo Morales.

Abstract:

It propose from an analysis of the Bolivian model of development based on the extraction of natural resources, and minerals / metals great representation and rise to prominence in a time where “developmentalism primarity” back to star in the economy. Compares, for this purpose, two important moments in the political history of the

1 Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, Brasil. Mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN (2012) e especialista em Economia Política Regional pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG (2010). E-mail: jdanillaaguiar@hotmail.com.

country, where the nationalization of this sector were high. It departs from discuss contradictions and limits of these processes, the working hypothesis that the current government has focused on a variant of dependent capitalism bringing political consequences especially in the long time.

Keywords: mining, nationalization, Evo Morales.

Introdução

Propomos uma análise do modelo boliviano de desenvolvimento baseado na extração dos recursos naturais, tendo nos minerais/metais uma grande representatividade e ascensão mundial, em um momento onde o “desenvolvimentismo primarizado” volta a protagonizar a economia. Compararemos, para este fim, dois momentos importantes da história política do país, analisando a exploração do setor mineiro no período pós-revolução de 1952 e a partir da entrada em vigor da Nova Constituição em 2009, com o governo de Evo Morales. Este estudo busca aprofundar a análise dos traços essenciais da política econômico-produtiva desse governo, problematizando suas contradições e limites, trabalhando a hipótese de que o Movimento ao Socialismo (MAS), seu partido, tem desenvolvido uma variante do capitalismo dependente que novamente recupera frações burguesas estatais – que vão se somar às frações mineira, agroindustrial – para compor o novo bloco no poder de caráter neodesenvolvimentista, que continua favorável ao capital estrangeiro, principalmente em longo prazo. Enfatizaremos os acordos governistas com as transnacionais e os seguintes conflitos entre os movimentos sociais (compreendendo o movimento indígena) e o governo evista, comparando este momento com o vivido em 1952-54, com relação às nacionalizações e a produção mineira estatal.

Partimos do pressuposto de que a expansão do modelo mineiro-extrativista acontece desde os tempos da colonização, marcando fortemente a economia latino-americana. Potosí, na Bolívia, aparece como um símbolo de extração e depredação ambiental no subcontinente, famosa pela retirada em grande escala da prata, que contribuiu decisivamente com o desenvolvimento europeu. Veio a república com a era do estanho, já ligado a capitais internacionais e desde então a atividade mineira na Bolívia segue um modelo de exploração que foi imposto e parece ser mantido.

No ano de 1952, viveu-se uma revolução nacionalista, com presença camponesa e operária, quando foi criada a Corporação Mineira da Bolívia, COMIBOL. Em 1954, essa corporação estatal incorpora seu auge, quando mais de 80% da produção das minas era nacionalizada. Porém, desde a abertura neoliberal intensificada em 1980 com as privatizações, o setor mineiro aparece afetado de

forma direta. Na década de 90 só alastrou-se o desmantelamento da mineração nacionalizada, até que nos anos 2000 e 2003 as lutas pela nacionalização da água e do gás (respectivamente), também dos campos de petróleo e dos hidrocarbonetos estimularam uma continuidade de lutas antineoliberais formando uma forte demanda por nacionalizações, assim como pelo reconhecimento da pluriculturalidade do país.

Em 2006, Evo Morales assume a presidência da república, sob o projeto de uma “revolução democrático cultural” com o reconhecimento dos indígenas (inclusive na política) e também da preservação de seu território. Contudo, a presença do Estado no setor mineiro, um forte impulsionador da economia no país, não supera, há anos, a marca dos 10% do valor total das exportações desse setor, mesmo havendo uma nova constituição vigente desde 2009 que compreende a nacionalização dos recursos naturais. A opção por um modelo neodesenvolvimentista parece ter subalternizado na luta política o debate sobre os graves efeitos sociais e ambientais das atividades extrativistas e da submissão às transnacionais.

Assim, nos perguntamos quais as efetivas mudanças trazidas para a mineração através da nova constituição do Estado Plurinacional da Bolívia em relação as nacionalizações de 1952.

Em meio ao segundo mandato evista, deparamo-nos com um momento decisivo onde se intensificam os debates em relação as mudanças e transformações conseguidas durante esse governo. Depois de alcançar a primeira vitória em 2005 com mais de 53% dos votos e de se reeleger em 2009 com uma porcentagem ainda maior, perto dos 64% de bolivianos votantes, Evo Morales personifica a necessidade de mudanças após um quinquênio de lutas intensas, quebrando um ciclo onde os presidentes ganhavam com percentuais bastante reduzidos e não permaneciam mais de um ano no poder. Neste momento, que seria de estabilidade política, as análises divergem a respeito da caracterização da conjuntura boliviana. Há um crescente período de críticas e de intensa crise do processo iniciado sob o nome de “*Revolución democrática y cultural*”, principalmente no que se refere aos controversos conceitos utilizados para tentar explicar o atual modelo nacional-productivo. Toda a América Latina exerceu uma função fundamental no processo de expansão capitalista, através da constante e contínua exploração em todos os aspectos, materiais,

culturais ou naturais, que enriqueceram o capital estrangeiro e nos tornaram dependentes até os dias de hoje. Com a Bolívia não foi diferente, passando pelo extermínio dos povos originários, bem como de seu patrimônio natural, desde os tempos de colônia.

A colonização, junto com a propriedade privada, trouxe aos povos originários não só a marca da dependência financeira, mas também a imposição cultural, que marcou também nosso sistema político até dias recentes. A formação social estruturada por classes sociais determinou que a maioria da sua população vivesse sob relações de subordinação, em favor do desenvolvimento do capitalismo mundial. A necessidade da revolução constante do processo de produção confirma a premissa de que o capitalismo só pode existir se expandindo, a partir do momento em que haja trabalhadores prontos para serem explorados e territórios para serem conquistados, conforme aconteceu nos tempos de colonização. Mariátegui (2008) aponta, inclusive, que a própria independência colonial do subcontinente só foi possibilitada pelas necessidades de desenvolvimento da civilização ocidental, ou seja, do capitalismo.

Conforme afirma Saladino García (1994: 12-13), a vida republicana dos nossos países continua mantendo-nos em uma verdadeira situação de conquista, demonstrando que pouca coisa mudou nesta fase superior do capitalismo, onde a exportação dos capitais torna-se um fenômeno predominante e que se realiza além da partilha territorial, uma partilha econômica de mundo. O autor ainda demonstra que a Bolívia possui uma característica especial na história do desenvolvimento capitalista, não só por ter sido uma grande fonte de capital imperial com a extração da prata em Potosí, mas pela “*transición al capitalismo por medio de una actividad minera*”, tornando o país desta vez fonte de capital monopólico, dando respaldo ao regime político liberal-oligárquico, bem como a ligação entre o sistema econômico e o caráter autoritário que assume o Estado (Saladino García, *ibid.*: 162). Os republicanos no poder trataram de continuar validando a exclusão indígena da vida política boliviana, até a revolução de 1952, anteriormente citada. Contudo, antes mesmo desse importante embate, durante a Revolução Russa ampliaram-se as alianças entre os impérios e os partidos burgueses, caracterizando não só a eterna união entre capital e Estado, mas o medo da ameaça soviética, que travou também a luta entre capitalismo e socialismo em todo o mundo, incluindo o subcontinente

latino-americano. O histórico de revoltas indígenas permeia o país desde o tempo da colonização. Marcados por repressão e violência, esses levantes, que até meados dos anos 30 eram mais espontaneístas, vem demonstrando maior frequência e organização, possibilitando avanços na composição do movimento indígena, que se pode perceber através da inserção dos povos originários em organizações sindicais e em partidos políticos.

História política boliviana e a Revolução de 1952

Com uma população de aproximadamente nove milhões de habitantes, caracterizada pela miscigenação e forte presença indígena, a Bolívia é um dos países sul-americanos que apresentam os mais altos índices de iniquidade sociais. A história política do país é intensamente marcada por sucessivos golpes de Estado que muito repercutiram sobre a credibilidade de suas instituições políticas. Em contrapartida, de acordo com Viaña e Orozco (2007), outra característica boliviana é a capacidade de atuação dos movimentos sociais e “outras organizações sócio-políticas” que vêm conseguindo transformar consideravelmente o cenário político local, se convertendo em um dos principais sujeitos de mudança. Foi assim durante a “Revolução de 1952” e também no período de cinco anos particularmente turbulento anterior à vitória de Evo Morales, momentos que demonstraram precisamente como os movimentos sociais aparecem extremamente vinculados à vida política, bem como aos partidos que estiveram no poder na história boliviana. Primeiramente, no contexto de 1952, com movimentos sociais essencialmente operários-mineiros, e no plano recente, ainda mais heterogêneo, se apresentam como camponeses, mulheres, intelectuais e, claro, a maioria indígena. De acordo com Pericás:

Num país onde não havia ocorrido a revolução democrático-burguesa, e onde não havia nem uma burguesia estruturada e forte o suficiente para impor um projeto para o país e, tampouco nem um campesinato e proletariado ainda em condições de fazer a revolução socialista – o que, de fato, nunca veio a ocorrer –, era o Estado que fazia o papel de classe social impulsionadora de projetos e mudanças. Este Estado, como se pode supor, servia aos interesses da classe dominante. (Pericás, 1997:111).

O autor ainda nos revela que, diferentemente de outras revoluções

da mesma época, esse primeiro levante boliviano surgiu como consequência da “fraqueza do poder estatal, delineando aos poucos, através de um longo processo de levantes populares contra um regime muitas vezes sem caráter definido, em reação a governos autoritários ou classistas” (ibid.:109). Os momentos constitutivos são diferentes, mas a particularidade boliviana de luta sempre esteve atrelada às imposições dos poderes estabelecidos. Conforme destaca Svampa (2007), os elementos que caracterizam essa ligação estreita entre levantes nacional-populares e poder político são resultado de vários desses momentos constitutivos de blocos históricos² que se colocaram perante uma memória longa, mediana e curta.

A análise histórica comparada de conjunturas num plano recente nos permite entender como se chegou ao resultado de um amplo desgaste do sistema político vigente e também a importância da intensa participação de movimentos sociais nas mudanças propostas. Contemporaneamente, a conscientização das massas, num sentido bem abrangente do termo, vem sendo parte fundamental desse processo em movimento onde governos são depostos e outros são constituídos com grande apoio popular. É preciso comparar períodos revolucionários e restauradores para entender como se dá a possibilidade de formação de um novo “bloco no poder” encabeçado por Evo Morales e o MAS, bem como problematizar como foi possível a organização desse bloco frente à hegemonia vigente. De acordo com Poulantzas o conceito de bloco no poder aqui utilizado se refere ao agrupamento heterogêneo de uma fração de classe dominante, em uma determinada formação econômico-social, gerando efeitos específicos no aparato do Estado (Poulantzas, 1977).

Até a eleição de Morales, a Revolução de 1952 havia representando o único momento constitutivo no país em que as estruturas de poder, assumidas durante esse levante, seguiram determinando em grande medida a forma de fazer política por muitos anos, elencando o máximo do sentimento nacional-popular no país.

Foi assim que, em 1951, após quinze anos de ferrenhas lutas por

2 De acordo com uma perspectiva gramsciana, tratamos de bloco histórico como a articulação entre estrutura e super estrutura em um determinado momento histórico.

libertação nacional, chegou-se ao triunfo eleitoral do MNR – Movimento Nacionalista Revolucionário junto com Victor Paz Estenssoro, indo de encontro aos velhos quadros oligárquicos conhecidos como “*la rosca*”, por fazer girar o poder apenas em torno de alguns poucos nomes (geralmente de magnatas que dominavam as extrações mineiras), algo que não era característico só da Bolívia, mas de todo o subcontinente.

Esta resposta popular nas eleições causou uma situação preocupante no bloco no poder vigente, fazendo com que o então presidente Mamerto Urriolagoitia realizasse um auto-golpe entregando o poder a uma junta militar que anulava as eleições de 1951. Estas eleições haviam sido vencidas por Paz Estenssoro que se encontrava nesta conjuntura transformado na principal força política do país em poucos anos por conta de decisões tomadas pelas bases de seu partido, MNR, que iam de encontro aos interesses do capital estrangeiro. Esta junta foi presidida pelo general Hugo Ballivián que, de acordo com a anulação golpista dos resultados das eleições de 1951, governou até 1952, quando em abril aconteceu o levante popular vitorioso, nos moldes revolucionários. Pericás, em uma análise sobre a revolução boliviana aponta particularidades do processo:

É claro que não havia um projeto revolucionário prévio aos eventos de 9 de abril de 1952, mas uma série de fatos, um emaranhado de causas, tornaram possível a realização do momentum radical cristalizado nas agitações populares e levante armado promovidos por partidos e movimentos sociais no início daquela década. (Pericás, 1997:109)

Antonio Seleme³, importante ministro deste governo militar, estava disposto a derrubar Ballivián, com intenções de assumir a presidência, mesmo que para isso tivesse que fazer aliança com o MNR. Como uma figura chave para os desdobramentos desse período revolucionário, foi o responsável pela munição de armas concedidas aos militantes do MNR, que possibilitaram um contra-ataque ao general e seu

3 Ainda citando Justo (ibid.), Seleme não só traiu o seu governo golpista, como propôs uma aliança que traria ao poder um governo misto entre o MNR e o governo de Ballivián.

governo golpista. Inicialmente os homens do partido uniram-se aos revolucionários dando força ao movimento, depois, as massas populares acabaram por se tornar também aliados. Foi em 10 de abril que, depois de um dia de lutas sangrentas e muitos mortos, os mineiros de Milluni se somaram às milícias combatentes:

Y, como término de aquella proeza, “las fuerzas rendidas del Ejército desfilaron por la ciudad custodiadas por las milicias revolucionarias que encabezaba el ‘Comando obrero’”. Tres días de batalla terminaron con el triunfo completo de la masa popular. (Justo, 2007:242)

Reconquistou-se o poder do Estado e o então chefe da retomada Hernán Siles Suazo permaneceu brevemente no poder até que Paz Estenssoro regressasse de Buenos Aires onde estava exilado depois do golpe e assumisse a presidência com o apoio da grande massa. Este levante de cunho operário e nacionalista, onde o proletariado armado conquistou o poder, chamado acertadamente de “Revolução de 1952” foi um marco não só no país, mas em todo o mundo até os dias de hoje. Tomada a frente pelos mineiros, vitoriosos perante um exército burguês, poderia ter se desenvolvido na direção de uma revolução operário-camponesa, fato que não ocorreu. É importante ressaltar que não só várias parcelas da população, incluindo algumas correntes mais direitistas do MNR que não imaginavam os rumos tomados em 52, mas também vários partidos estiveram coligados nessa insurreição que clamava pelo cumprimento das eleições de 1951. Entre esses partidos destaca-se o PC – Partido Comunista e o POR, de inspiração trotskista. Seriam, pois, os responsáveis por fazer o governo cumprir as promessas estabelecidas no “pré-revolução”.

Significativas alterações ocorreram depois do levante popular que não admitiu o golpe, caracterizando um momento constitutivo cujas estruturas estão fincadas no país até hoje. Dentre essas mudanças podemos elencar a oficialização do voto universal (apesar de também ser uma ação em favor de uma manobra para que o MNR continuasse a se eleger com mais tranquilidade), a inserção de indígenas na vida econômica e política da sociedade e também a criação de diversos órgãos de extrema importância para o cenário político do país até hoje, a exemplo da conhecida COB (Central Operária Boliviana), um sindicato classista de trabalhadores, os Comitês Cívicos, que expressam as demandas de cada departamento e a FEJUVE (Federação de Juntas

Vicinas), hoje uma desenvolvida, dinâmica e democrática organização urbana da Bolívia muito ativa ao liderar derrubadas de anteriores presidentes e, finalmente, a reforma agrária ocorrida em 1953.

Durán Gil (2011) assinala, também como falha da revolução de 1952, a herança do desenvolvimento de relações semi-servis no campo até meados da década de 1970 que possibilitou a emergência de uma burguesia agrária e do empobrecimento do campo boliviano, que se encontrava comandado pelo MNR, caracterizando um desenvolvimentismo burguês totalmente de encontro com o programa proposto pelas teses de Pulacayo⁴. O autor também problematiza acerca da insuficiência da reforma agrária realizada pós-1952:

A Reforma Agrária, iniciada em 1953, não conseguiu realizar uma substantiva transformação capitalista no campo boliviano. Consolidou e expandiu, simultaneamente, a grande propriedade fundiária, em cuja base criou um nicho de agricultura capitalista na região leste do país, e distribuiu pequenas parcelas ao campesinato pobre. Mas especificamente, tal reforma instaurou um regime agrário com um duplo sistema de propriedade e de exploração da terra. De um lado, um sistema de minifúndio que reproduz a agricultura camponesa de subsistência, caracterizada pelo trabalho familiar, pela baixa produtividade, bem como pela utilização de técnicas rudimentares de exploração da terra (...) contribuiu a aprofundar o processo de pauperização e proletarização do campesinato em geral (...) instaurou um sistema baseado na alta concentração da propriedade fundiária configurada no médio e grande latifúndio (...) cuja forma de exploração da terra é designada como agricultura “moderna”. Esta caracteriza-se tanto pela utilização simultânea de

4 Trata-se um programa aprovado num congresso da Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros Bolivianos (FSTMB) no ano de 1946, na cidade de mesmo nome, e que apresentava a concepção trotskista de revolução permanente, aspecto até hoje característico do movimento operário boliviano, tido como classe social revolucionária. Idealizado por Guillermo Lora – dirigente do Partido Operário Revolucionário – e livremente inspirado no “Programa de Transição” de Trotsky, as “Teses” evidenciaram, pela primeira vez na América Latina, a aceitação oficial por um grupo de trabalhadores das ideias trotskistas. As principais demandas da tese são: revolução agrária, rechaço ao reformismo-burguês e criação de uma frente única de classe.

trabalho assalariado e semi-assalariado (trabalho pago em dinheiro e em espécie), porém com baixa capacidade de absorção de mão de obra, quanto pelo alto índice de exploração da força de trabalho de origem camponesa. (Durán Gil, 2011:7)

Assim, propiciou-se a formação de uma rudimentar burguesia nacionalista e o controle do grande latifúndio por parte do Estado, que dizia agir em favor do campesinato indígena pobre, lhe arrendando terras e fortalecendo-os como base social de apoio ao regime de governo. Assim era determinada, em boa parte, a economia boliviana. A demanda por nacionalizações acabou não sendo cumprida totalmente, e a tutela do Estado não alterava o bloco no poder vigente.

O proletariado boliviano não conservou o poder conquistado para si. Entregou-o nas mãos de um partido que possuía em seus quadros dirigentes uma grande maioria de elementos de direita por sua origem social e formação política, sem imaginar muito além de um “golpe de forças” que culminaria na primeira insurreição proletária latino-americana. O próprio Paz Estenssoro acabou traindo os ganhos obtidos com o levante popular que o elegeu. Somente mantendo o poder em mãos das massas camponesas (destacando a independência de classe) poder-se-ia avançar em uma real emancipação nacional, um processo vivido potencialmente na Bolívia em 1952-53, com direta atuação da COB (Justo, 2007). A COB hoje se encontra debilitada, mas ainda é uma importante referência de organização política no país. São instituições que perderam seu fôlego junto com a credibilidade dos partidos políticos e líderes que foram se revezando no poder, depois de Estenssoro.

Logo depois da reforma agrária de 1953, as novas características do Estado boliviano começaram a tomar forma e fizeram com que se entendesse o fracasso da revolução de 1952. Apesar do forte movimento sindical, tradição também do país, o “Estado padrão⁵” prevaleceu, determinando apenas algumas concessões sociais e políticas que não iam realmente de encontro ao sistema e ainda controlava o grande latifúndio em paralelo à continuação do campesinato indígena

5 Expressão trazida por Durán Gil (2011).

pobre tido como escopo ao regime de governo. Em 1952, após a revolução nacional, criou-se a Corporação Mineira da Bolívia, a COMIBOL. Em 1954 vive-se seu auge, quando mais de 80% da produção das minas era nacionalizada, grande bandeira da revolução (Petropress N° 28, 2010:23). Porém, desde a abertura neoliberal em 1980, intensificada nas últimas décadas com as privatizações, o setor mineiro também é afetado de forma direta. Mineiros meridionais (entre eles o ex presidente Gonzalo Sánchez de Lozada que chegou a ser dono da *Compañía Minera del Sur* - COMSUR) contribuíram com esse entreguismo das minas. Enfim, em 1985, privatizou-se e liquidou-se a COMIBOL, deixando um saldo de 40000 bolivianos desempregados. Na década de 90 só alastrou-se o desmantelamento da mineração nacionalizada, a COMIBOL somente administrava contratos e não mais fazia parte da cadeia produtiva do país, segundo a nova legislação respaldada por governos igualmente pró-imperialistas. Assim, os jazigos (ou campos) mais ricos passaram às mãos de capitais estrangeiros, por meio de contratos de “risco compartilhado”. Outros foram entregues às cooperativas mineiras, que recolocaram no mercado de exploração uma pequena parte dos mineiros desempregados. Neste período particular tornou-se muito difícil conseguir trabalho nas minas, acarretando no impulso do plantio de coca como fonte de renda, dando origem a outro tipo de campesinato, os *cocaleros*.

O modelo neoliberal seguia vigente desde mais de 20 anos, até que em 2003 as lutas pela nacionalização do gás⁶, também dos campos de petróleo e dos hidrocarbonetos estimularam uma continuidade de lutas antineoliberais formando uma forte demanda por nacionalizações⁷,

6 A guerra do gás eclodiu no departamento de El Alto em 2003, sob o governo de Gonzalo Sánchez de Lozada. A tentativa era exportar gás ao México e EUA através de porto chileno, nos mesmos moldes da negociação da água, onde a cada US\$ 24 ganhos já livres de impostos os bolivianos teriam direito a US\$ 1, caracterizando mais um consórcio que viabilizava exploração. Como consequência dessa guerra, houve longa repressão estatal, muitos mortos e feridos e a renúncia de Sánchez de Lozada, pressionado por levantes de massas. Desta forma, a presidência foi assumida Carlos Mesa Gisbert, o vice, até que se convocassem novas eleições. Eleição essa que foi antecipada para 2005, quando então Evo Morales foi eleito presidente e García Linera, seu vice, pelo MAS.

7 Antes da guerra do gás, o primeiro conflito conhecido internacionalmente

assim como pelo reconhecimento da pluriculturalidade do país. O tema dos recursos naturais tem estado presente nas demandas dos movimentos indígenas (não só na Bolívia, mas também no Peru, Equador, entre outros) dos últimos anos, quando estes percebem sua identidade étnica como povos em um determinado território, assim como sua posição de classe, aprofundando e ampliando sua percepção e luta política (Albó, 2009).

O governo de Evo Morales e a economia mineira

Partimos da hipótese sugerida por Svampa e Antonelli (2009) de que os conflitos recentes sobre megamineração acendem um debate em três dimensões: ambiental, sócio-econômica e política. Na Bolívia, o atual discurso oficialista diz que o Estado e o desenvolvimento econômico agem sob uma “revolução democrática e cultural”, de base descolonizadora, visando à modificação das estruturas de poder anteriormente vigentes. Porém, Evo Morales, o atual presidente desde 2006, tem optado por um modelo neodesenvolvimentista, subalternizando na luta política o debate sobre os graves efeitos sociais e ambientais das atividades extrativistas (Ibid.). A relativa força e continuidade deste governo, em nossa hipótese, se explicam principalmente pela falta de uma reorganização política (tanto da esquerda política, como da direita), uma vantagem frente a uma debilidade estratégica de setores opositores. Porém, o que pode acontecer com o país se dispara a luta de classes produto de uma caída no preço internacionais dos minerais? Os principais conflitos entre os movimentos sociais (incluindo decisivamente o movimento

pela demanda de nacionalização dos recursos naturais na Bolívia contemporânea foi a guerra da água. O conflito desencadeou-se quando em 2000 o então presidente Hugo Banzer tentou vender o sistema de abastecimento de água em Cochabamba a uma multinacional estadunidense, arrendando a água até 2039 para a empresa Águas del Tunari, subordinada à californiana Bechtel. Seriam arrendadas inclusive as águas das chuvas. Após golpear famílias locais com suas taxas abusivas, e de violentos confrontos com as forças de segurança, uma coordenadoria formada por agricultores, ambientalistas, trabalhadores, setores da classe média dentre tantos outros, lograram na reversão do projeto de privatização. Já durante essa denominada guerra, Evo Morales aparecia como um importante líder do movimento cocalero, o mais importante dos movimentos sociais contemporâneos no país.

indígena) e governos latino-americanos hoje se devem ao crescimento da temática dos recursos naturais e da expansão de projetos que visam facilitar a extração e/ou transporte de matérias primas. Seria, então, o novo “exército plurinacional” boliviano o responsável por intervir para garantir a continuidade dos negócios burgueses agindo, por conseguinte, também em defesa do MAS⁸, como vem acontecendo no caso do Tipnis⁹? Adiantamos ao debate, também, que a produção mineira estatal é praticamente marginal em relação à importância que possui a mineração transnacional, desde 1985, ao contrário do que está escrito no “*Plan Nacional de Desarrollo*”.

O “capitalismo andino” foi o termo e o modelo “nacional produtivo” que primeiro foi apresentado como possível para a Bolívia contemporânea. Consiste em explorar a base familiar da economia boliviana, modernizando-a, no sentido de “reduzir os mecanismos de subordinação dessas formas tradicionais ao capital, para possibilitar a melhora das condições tecnológicas da produção familiar, a maior rentabilidade interna e melhor distribuição das riquezas”, que enfraqueceria a “subsunção formal” partindo para uma aparência articulada, solidária, conforme acontecia nas comunidades indígenas (Ramírez Galegos, Stefanoni, Svampa, 2009:80, apud Santaella Gonçalves, 2011). García Linera aponta que o socialismo não se constrói por forma de decreto e o que se passa na Bolívia é um desenvolvimento particular no âmbito do desenvolvimento geral do capitalismo. De qualquer forma, aponta que é um conceito que demonstra claramente que as alianças com setores da burguesia não são descartadas pelo governo boliviano masista, um conceito que,

8 Movimento ao Socialismo, partido de Evo Morales.

9 Inúmeros protestos vêm acontecendo no país por conta da construção de uma estrada no meio da reserva indígena e parque nacional TIPNIS (Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Secure). Esta estrada facilitaria o acesso de transnacionais interessadas em melhorias no tráfego e na integração regional para otimizar o transporte de matérias primas, às custas da destruição e fragmentação de um território protegido pelo Estado. A construção desta estrada (financiada também pelo governo do Brasil) destrói não só as alianças e a proteção aos territórios indígenas, mas quebra também um pacto de unidade entre várias organizações indígenas estabelecidas pelo governo quando o mesmo foi eleito, em 2005, e promulgados na nova constituição de 2009.

inclusive de maneira teórica, não encobre as possibilidades atuais de mudanças dentro da perspectiva desenvolvimentista, para que se gerem processos que permitam pensar em um pós-capitalismo, utilizando-se do poder do Estado “como artífice del potenciamiento de estas últimas mediante transferencia de tecnología y recursos” (García Linera, 2008: 19). O Estado, por sua vez, é definido pelo vice-presidente como uma relação, que ele desenvolve mais além como:

(...) una estructura de relaciones políticas territorializadas y, por tanto, son flujos de interrelaciones y de materializaciones pasadas de esas interrelaciones referidas a la dominación y legitimación política. Esta relación-Estado siempre es un proceso histórico político en construcción, en movimiento, en flujo. Pero hay momentos de su historia que este devenir se mueve en un marco de procedimientos, jerarquías y hábitos relativamente previsibles y acotados, esos son los momentos de la “estabilidad” de la relación-Estado. (Ibid.: 392)

Desde a eleição de Evo Morales e da promulgação da nova constituição em 2009:

a política minera en curso no se ha orientado “a fortalecer y refundar la Corporación Minera de Bolivia” como se señala en el Plan Nacional de Desarrollo. Por el contrario, la producción de la minería estatal es prácticamente marginal en relación con la importancia que mantiene la producción de la minería transnacional desde 1985.

(El Observador, 2010)

No departamento de Potosí¹⁰, por exemplo, os cinco principais projetos mineiros estão a cargo de empresas transnacionais: como a San Cristóbal (japonesa), San Bartolomé (Canadense). Porém, para se criar essas oportunidades, Souza (2012) adianta que “concorre uma complexa e robusta articulação entre sistema financeiro, instituições de crédito e Estado” onde a atuação subimperialista de países como

10 Símbolo de extração e depreciação ambiental no subcontinente, famosa pela retirada em grande escala da prata, que contribuiu decisivamente com o desenvolvimento europeu.

Brasil “está a fazer da região um pólo atraente para fluxos de capitais, garantindo a eles favoráveis condições econômicas e políticas” através de projetos ambiciosos como o IIRSA (Iniciativa para a Integração das Infraestruturas Regionais Sul-Americana), que subsidiam o transporte de matérias primas. Particularmente no setor mineiro, em 2011 bateram-se todos os recordes de exportação, que chegaram a \$US 3.448 milhões, restando, todavia, apenas 12,7% do valor dos minerais exportados ao país, como inversão pública (Petropress N° 28, 2012). A presença do Estado nesse setor não supera, há anos, a marca dos 10% do valor total das exportações mineiras do país, mesmo havendo uma nova constituição desde 2009¹¹ que visa à nacionalização dos recursos naturais. O próprio código mineiro (reformado no atual governo, mas que mantém a normativa da lei de 1997) prevê que a COMIBOL tenha como missão a administração da cadeia produtiva da mineração, não estando como principal papel o controle das principais minas exportadoras¹². A atividade mineira na Bolívia segue um modelo de exploração que foi imposto e é mantido até os dias de hoje. Modificou-se o tipo de metal exportado, assim como as tecnologias utilizadas para isso, mas a exportação de matéria prima bruta em grande escala para satisfazer às necessidades das empresas internacionais – não suprimindo primeiro a economia local – continua existindo.

A partir desse referencial, nos perguntamos quais as diferenças entre o modelo neoliberal e o modelo implantado com a nova constituição do Estado Plurinacional da Bolívia com Evo Morales e o MAS? Não temos novamente uma legislação orientada para o favorecimento das exportações controladas pelas transnacionais?

As mudanças trazidas pelas transnacionais, dizem respeito às novas tecnologias utilizadas para a extração dos metais, contudo, lamentavelmente os danos ambientais estão aumentando com a

11 Em vigor desde 2009, a nova constituição tinha como objetivos dar expressão às reivindicações dos movimentos sociais; democratizar o Estado; defender os recursos naturais; romper com o modelo colonial, republicano e neoliberal; e fundar o Estado Unitário Social de Direito Plurinacional e Comunitário (Asamblea, 2008:2).

12 Conferir Lei 3720 de 31 de julho de 2007 do Código Mineiro, In: PETROPRESS N° 28, 2012 ou COMIBOL on line – nas referências

mineração a céu aberto. Esta técnica consiste na remoção de imensas quantidades de rocha e na utilização de milhões de litros de água junto a toneladas de químicos tóxicos para que o metal buscado se aproxime da superfície, sendo aplicado em uma região onde os metais estão presentes de forma disseminada e existem mínimas quantidades de metal por tonelada de rocha. A contaminação dos solos se dá através das águas, que por sua vez já estão contaminadas com as “águas ácidas”, que vêm modificando as paisagens naturais dos Andes. Formam-se nas comunidades de seus arredores grandes desertos com os desmontes de terras e escavações quilométricas e com as práticas de lixiviação. A mineração a céu aberto remove a capa superficial da terra, utilizando consideráveis quantidades de explosivos com os quais se desprendem o material rochoso e transformam a estrutura paisagística em poucas horas (Cedib, várias; Svampa e Antonelli, 2009). Posteriormente este material é trasladado para que se realize o tratamento e a busca por metais. A destruição de terras agrícolas, o desmantelamento de ecossistemas que já eram frágeis, bem como a precarização do abastecimento de água para as comunidades são inerentes a essas práticas de extração. Está acontecendo uma verdadeira erosão dos centros mineiros, com a destruição das florestas e o desaparecimento dos animais, a mineração aparece, por conseguinte, como a principal fonte de contaminação ambiental do país, e é legitimada desta forma na legislação de um Estado Plurinacional, que se diz protetor da “mãe-terra”.

É necessário que a Bolívia – que vive um período de reprimarização da economia – avance na industrialização de minerais e deixe de ser unicamente um¹³ país exportador de matéria prima bruta. Trata-se de recuperar a soberania sob os recursos naturais, para não mais depender das variações de preços impostas no mercado internacional. O atual código que regulamenta a extração de minerais no país, por meio da nova constituição de 2009 continua a privilegiar o setor privado. O sistema de concessões foi substituído pelos contratos de

13 Processo de extração de uma substância presente em componentes sólidos através da sua dissolução num líquido. É um termo utilizado em vários campos da ciência, mas, de modo geral, usa-se para indicar qualquer processo de extração ou solubilização seletiva de constituintes químicos de uma rocha, mineral, depósito sedimentar, solo, etc.

mineração, mas, permanecem respeitando os direitos adquiridos pelas transnacionais, nos anos em que se foi implantado o neoliberalismo. Já para facilitar o traslado de minerais e de energia ao norte se está implementando em toda América Latina o grande projeto IIRSA (Iniciativa para a Integração das Infraestruturas Regionais Sul-Americana), que conta com o financiamento público partido também dos governos brasileiro e venezuelano, que visa garantir a implantação de obras de danosos impactos ambientais e sociais, bem como o favorecimento a grandes grupos econômicos, respondendo às necessidades de matérias primas e recursos diversos para uma fração burguesa privilegiada (Boito Jr., 2006, Ceceña, 2007). É um projeto que acelera e controla esses objetivos, reforçando a infra-estrutura necessária para a continuidade do investimento (sub) imperialista. Ceceña nos aponta a grande sacada estratégica da IIRSA, visto que está localizada na região do mundo que possui as maiores riquezas em termos de biodiversidade, água e oxigênio, e com enormes reservas de recursos energéticos e de quase todos os minerais, desenhando novas fronteiras internas para o Sul do continente (Ibid.:17-18). São sessenta e quatro projetos de infraestrutura fluvial, de ferrovias, hidrelétricas e transporte de energia que cruzam o subcontinente, onde cerca de vinte cruzarão a Bolívia e vários já se encontram em plena construção.

O modelo nacional produtivo que a Bolívia segue pretende transformá-la numa “potencia minera” pautada no extrativismo. Stefanoni aponta, sobre o tema, que “em consonância com outros países da região, reativou-se uma ilusão desenvolvimentista, ainda que nacionalista, é alentada pela abertura de novas oportunidades econômicas e pelas demandas de *commodities* do mercado externo” (Svampa, *apud* Stefanoni, 2010). Num panorama traçado em 2010 (Cedib *on line*), nos três anos anteriores, as companhias estrangeiras levaram verdadeiras fortunas do país favorecidas também pela alta no preço dos minerais. O governo hoje estimula o crescimento das empresas mistas e os contratos de “risco compartilhado”, quando a atividade mineira de responsabilidade estatal não tem para onde se expandir. Assim posto, podemos concluir por hora que as transnacionais definem a estrutura econômica de mineração na Bolívia.

Conclusões

As revoluções na América Latina demonstraram que somente

camponeses¹⁴ e operários poderiam realizar revoluções bem sucedidas, desde “baixo”, como produto de sublevação das massas, impondo transformações radicais, como a reforma agrária. Muitas, de fato, foram pouco a pouco “institucionalizadas” ou mesmo anuladas pelo reformismo burguês. Assim aconteceu com a revolução mexicana de 1910-20 e com a revolução boliviana de 1952. Apesar de ter havido uma revolução nacional em 1952, as conquistas democrático-burguesas não foram plenamente atingidas ou conservadas.

Entendemos que se, com a eleição de Evo Morales, avançou-se em termos de democracia participativa no país, muito ainda precisa-se avançar em relação à produção mineira estatal, que parece marginalizada e com características que reascendem o extrativismo e a reprimarização da economia, bem como o desempenho da Bolívia no capitalismo mundial como grande exportadora de minérios, contudo, mantendo a hegemonia transnacional vigente.

O governo deixa claro, ainda, que a Bolívia está passando por uma fase decisiva em sua história política, mas que está pautada no marco do capitalismo mundial, realizando uma combinação de processos. No entanto, quando se refere à necessidade de construir um capitalismo andino, não expõe com quais frações de classes deveriam realizá-lo. Sem problematizar, a ideia de construção do capitalismo andino foi trocada rapidamente pela do “socialismo comunitário”, de acordo com a definição de Morales onde a construção do “socialismo comunitário” por etapas, se basearia na comunidade, coletividade e reciprocidade, inclusive com a burguesia.

Porém, mesmo ressaltando a diferença do governo evista dos anteriores governos neoliberais, principalmente por ter emergido graças à capacidade de mobilização das massas, existem semelhanças quanto ao incentivo do investimento estrangeiro, do compromisso com as empresas transnacionais.

As teses nacional-produtivas do capitalismo andino-amazônico podem, então, ser interpretadas como uma nova significação da antiga narrativa burguesa que promovia a transformação do pequeno produtor em

14 Poder-se-ia incluir os indígenas nessa categoria.

capitalista e agia em função da aliança de classes. O que muda, assim, é a composição de classe no poder, que atua ora com os interesses das classes populares, ora com a oligarquia local, fazendo com que membros do governo evista representem os oprimidos do campo e a pequena burguesia da cidade. É aí que parece estar o grande problema que o MAS e o governo Evo Morales enfrentam: uma crescente oposição dentro da esquerda política por conta da capacidade do evismo – um fenômeno que teria partido dos movimentos sociais – de dialogar com as classes burguesas.

Evo Morales e García Linera, o vice-presidente, não apontam claramente qual a diferença classista do novo bloco no poder, restringindo-se a identificar uma identidade étnica nesse novo bloco, sem indicar também uma estratégia de longo prazo para além da industrialização extrativista como modelo produtivo de Estado. Afirmam que o governo objetiva que as elites tradicionais reconheçam a nova elite de origem indígena camponesa e pequeno- burguesa, caracterizando uma política de conciliação de classes.

Com esse discurso, García Linera confirma nossa hipótese indicativa¹⁵ de que existe a formação de uma nova burguesia de Estado, construída através do poder político, que se articula com uma nova fração da burguesia empresarial andina importante no âmbito do governo Evo Morales. Na Bolívia, há uma nova fração de classe que, desde o político se estabelece no plano econômico. As práticas pró-burguesas continuam sendo vivenciadas durante o governo evista e vêm estimulando – primordialmente no crescente extrativismo mineiro – a produção dentro dos ditames estabelecidos pelos centros imperialistas, representados pelas transnacionais.

Portanto, concluímos que para compreender qualquer mudança apresentada pelo governo de Morales, deve-se analisar a intervenção político-econômica feita pela Bolívia na América Latina a partir das relações do governo com as diferentes frações burguesas nacionais e estrangeiras. Todavia, é relevante destacar os interesses dos diferentes setores mais do que realizar abordagens morais acerca do governo masista. Mesmo apresentando elementos nacionalistas

15 Concordando fundamentalmente com Durán Gil (conferir referências).

e anti-imperialistas principalmente em discurso, esse novo bloco no poder continua se sustentando num modelo neodesenvolvimentista, alimentando uma fase de reprimarização da economia que sustenta o capitalismo em crise.

Assim, podemos pensar desde o caso boliviano, toda a região andina e trazer a hipótese de que não houve uma real libertação do modelo clássico extrativista, que nos delega a uma devastação social e ambiental e nos submete a uma dependência econômica como países exportadores de matérias primas.

Nossa leitura crítica acerca desses dois momentos notáveis da história política boliviana reafirma a necessidade de se conhecer profundamente a realidade do país que se pretende transformar. Conhecer a história, a economia, mas também as tradições de luta dos oprimidos – sejam mineiros, indígenas ou operários – que lograram, mesmo que momentaneamente, importantes transformações sociais.

Referências Bibliográficas

ALBÓ, Xavier. (2009), *Movimientos y poder indígena en Bolivia, Ecuador y Perú*. La Paz, CIPCA.

ASAMBLEA CONSTITUYENTE DE BOLIVIA. “Nueva Constitución Política del Estado. Congreso nacional”. *Dados* [online]. 2008. [24 de out. 2012]. Disponível na internet em <http://www.presidencia.gob.bo/download/constitucion.pdf>.

BOITO JR., Armando. “A burguesia no Governo Lula”. In: *Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales*. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. *Dados* [online]. 2006, [30 de dez. 2012], pp. 237-263. Disponível na internet em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C07Boito.pdf>. ISBN 987-1183-56-9

CECEÑA, Ana Esther. (2007), *Territorialidade de la dominación: la Integración de la Infraestructura Regional Suldamericana* (IIRSA).

DURÁN GIL, Aldo. Bolívia: “Duas revoluções nacionalistas?” In:

Perspectivas. Revista de Ciências Sociais. UNESP. Dados [online]. 2008, vol. 33 [05 de dez. 2012], pp. 157-190. Disponível na internet em <http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1457/1160>.

El OBSERVADOR. “Del Observatorio Boliviano de Industrias Extractivas. Boletín de seguimiento a políticas de recursos naturales” - Año V. Contratos de arrendamiento o de riesgo compartido: Formas de consolidación de la hegemonía transnacional em la minería. *Dados* [online]. 2010, N° 9 [15 de set. 2012]. Disponível na internet em <http://www.extractivismo.com/documentos/ObieMineriaConsolidacionTransnacional10.pdf>.

GARCÍA LINERA, Álvaro. (2008), *La potencia plebeya: Acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolivia*. Buenos Aires, Prometeo Libros.

JUSTO, Liborio. (2007), *Bolivia, la revolución derrotada: del Tahuantisuyu a la insurrección de abril de 1952 y las masacres de mayo y setiembre de 1965: raíz, porceso y autopsia de la primera revolución proletaria en América Latina*. 3ª ed. Buenos Aires, RyR.

MARIÁTEGUI, José Carlos. (2008), *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. Felipe José Lindoso (trad.) São Paulo: Expressão Popular, Clacso.

PERICÁS, Luiz Bernardo. “Processo e desenvolvimento da revolução boliviana. In: *Revista Lutas Sociais*”. *Dados* [online]. 1997, N°. 3. [24 de out. 2012], pp. 109-122. Disponível na internet em http://www.pucsp.br/neils/downloads/v3_artigo_pericas.pdf.

PETROPRESS. (2012), *Revista de análise e informação sobre políticas públicas en recursos naturales, industrias extractivas y medio ambiente*. N° 28 Mayo – Junio. Cochabamba, CEDIB.

POULANTZAS, N. (1977), *Poder político e classes sociais*. São Paulo, Martins Fontes.

SALADINO GARCÍA, Alberto. (1994), *Indigenismo y Marxismo em America Latina*. Estado de México: Universidade Autónoma Del Estado de México, Colección Lecturas Críticas/21.

SANTAELLA GONÇALVES, Rodrigo. “Marxismo e indianismo na Bolívia: inovações teóricas no pensamento político do grupo Comuna”. 35º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu. *Dados* [online]. 2011 [08 de ago. 2012]. Disponível na internet em http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1133&Itemid=353.

SOUZA, Israel. “IIRSA e o subimperialismo brasileiro”. *Dados* [online]. 2012 [22 de nov. 2012] Disponível na internet em <http://insurgente coletivo.blogspot.com/2012/02/iirsa-e-o-subimperialismo-brasileiro.htm>>.

STEFANONI, Pablo. (2010), “Gobierno Evo Morales: permanências, mudanças e desafios”. Ramon Casas Vilarino (trad.) In: *Revista Lutas Sociais* n. 24. NEILS, São Paulo.

SVAMPA, Maristela. (2007), “Introducción”. In: *Bolivia: memoria, insurgencia y movimientos sociales*. p.5-18. M. Svampa P. Stefanoni (Orgs.); Buenos Aires, Editorial El Colectivo.

SVAMPA, Maristella; ANTONELLI, Mirta. (2009), *Minería Transnacional, narrativas del desarrollo y resistencias sociales*. Buenos Aires, Biblos.

VIAÑA, Jorge; OROZCO, Shirley. “El cierre de un ciclo y la compleja relación ‘movimientos sociales’- gobierno en Bolivia”. In: OSAL, CLACSO, Buenos Aires. *Dados* [online]. 2007, Ano VIII, Nº. 22 [24 de out. 2012]. pp. 119-129. Disponível na internet em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal22/AC22VianaOrozco.pdf>.

Site consultado:

<<http://www.cedib.org/>>

<<http://www.comibol.gob.bo>>

Recebido em 09/06/2013

Aprovado em 15/06/2013